

Diário Oficial

Estado de Pernambuco



Ano CII • Nº 197

Poder Executivo

Recife, 23 de outubro de 2025

CONSELHO ESTADUAL DE DEFESA DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE - CEDCA/PE

RESOLUÇÃO RECOMENDATIVA CEDCA/PE nº 01/2025, de 20
de outubro de 2025.

CONSELHO ESTADUAL DE DEFESA DOS DIREITOS DA
CRIANÇA E DO ADOLESCENTE - CEDCA/PE
RESOLUÇÃO RECOMENDATIVA CEDCA/PE nº 01/2025, de 20
de outubro de 2025.

Ementa: Recomenda aos Conselhos Municipais de Defesa dos
Direitos da Criança e do Adolescente de Pernambuco a
implementação de projetos, programas e ações estruturadas
voltadas à disseminação da Cultura de Paz na prevenção,
mediação e tratamento de conflitos envolvendo crianças e
adolescentes, e dá outras providências.

O CONSELHO ESTADUAL DE DEFESA DOS DIREITOS DA
CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE PERNAMBUCO -
CEDCA/PE, no uso das atribuições legais que lhe confere a Lei
Estadual nº 10.486/1990, com alterações supervenientes,
regulamentada pelo Decreto nº 27.480/2004, na qualidade de
órgão normativo, deliberativo, controlador, fiscalizador e
coordenador da política estadual de promoção, proteção e defesa

dos direitos da criança e do adolescente;
CONSIDERANDO o art. 227 da Constituição Federal, que
estabelece ser dever da família, da sociedade e do Estado
assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o
direito à vida, à dignidade, à segurança e à convivência familiar e
comunitária;

CONSIDERANDO a Lei nº 8.069/1990 (Estatuto da Criança e do
Adolescente - ECA), que estrutura o Sistema de Garantias de
Direitos e impõe a atuação articulada e intersetorial das políticas
públicas;

CONSIDERANDO o Programa Nacional de Direitos Humanos -
PNDH-3, instituído pelo Decreto nº 7.037/2009, que orienta a
promoção de uma cultura de respeito aos direitos humanos e a
adoção de estratégias preventivas e educativas de enfrentamento
às violências;

CONSIDERANDO os princípios norteadores da Cultura de Paz e
dos Direitos Humanos, que privilegiam o diálogo, a mediação
pacífica, a valorização da diversidade, a corresponsabilização e a
restauração de vínculos;

CONSIDERANDO as provocações e manifestações
encaminhadas ao CEDCA/PE por órgãos públicos, a exemplo do
Ministério Público de Pernambuco, e por entidades da sociedade
civil, no sentido de fomentar políticas de prevenção à violência,
notadamente no ambiente escolar e comunitário;

CONSIDERANDO a competência do CEDCA/PE para expedir
atos normativos e recomendações dirigidos aos Conselhos
Municipais, com vistas à indução, coordenação e qualificação das
políticas destinadas às infâncias e adolescências no território
estadual;

RESOLVE RECOMENDAR:

Art. 1º Recomendar aos Conselhos Municipais de Defesa dos
Direitos da Criança e do Adolescente de Pernambuco que
estimulem, promovam e/ou adotem, em seus respectivos
territórios, projetos, programas e ações estruturadas de Cultura
de Paz, voltados à prevenção, mediação e tratamento não
violento de conflitos envolvendo crianças e adolescentes, nos
termos das diretrizes mínimas constantes do Anexo I desta
Resolução.

Art. 2º As iniciativas de que trata o art. 1º devem observar, no
mínimo, as seguintes diretrizes:

I - enfoque em direitos humanos e proteção integral, com
centralidade no melhor interesse de crianças e adolescentes;
II - intersetorialidade entre Educação, Saúde, Assistência Social,
Esporte, Cultura, Segurança Pública, Justiça, Conselhos
Tutelares e sociedade civil;

III - formação continuada de profissionais e lideranças
comunitárias em prevenção de violências, bullying, mediação de
conflitos, justiça restaurativa e promoção da saúde mental;

IV - participação de crianças, adolescentes e suas famílias na
formulação, execução e avaliação das ações;

V - monitoramento e avaliação com indicadores de processo e de
resultado, assegurando transparência e melhoria contínua.

Art. 3º Recomenda-se a integração a programas já existentes,
tais como:

I - o Projeto "EntreLaços", executado pela Secretaria de
Educação do Estado de Pernambuco, por meio da Gerência de
Políticas Educacionais em Direitos Humanos e Cidadania, no
âmbito do Programa Nacional "Escola que Protege", com foco na
prevenção e enfrentamento de violências no ambiente escolar e
na promoção da saúde mental da comunidade educativa;

II - iniciativas de Justiça Restaurativa, reconhecidas como
metodologias adequadas para enfrentamento de conflitos e de
situações de violência, com ênfase na reparação de danos, na
responsabilização consciente do ofensor e na restauração de
vínculos.

Art. 4º A adesão municipal poderá ser formalizada por meio de
ofício do CMDCA ao CEDCA/PE, com envio do Plano Municipal
de Cultura de Paz (modelo no Anexo II) e indicação do órgão
gestor responsável pela coordenação intersetorial.

§ 1º Recomenda-se que o CMDCA institua instância de
governança intersetorial (comitê ou câmara técnica) para o
acompanhamento das ações.

§ 2º Para execução com organizações da sociedade civil,
observar-se-ão as normas aplicáveis às parcerias (Lei federal nº
13.019/2014 e regulamentações locais), bem como os
regramentos dos Fundos Municipais dos Direitos da Criança e do
Adolescente.

Art. 5º O CEDCA/PE, por intermédio de sua Diretoria Executiva,
ofertará apoio técnico não financeiro, incluindo:

I - orientações metodológicas e curadoria de conteúdos
formativos;

II - disponibilização de roteiros, instrumentos e indicadores
constantes do Anexo I;

III - agenda de formações e trocas de boas práticas entre
municípios aderentes.

Art. 6º A presente Resolução tem natureza recomendativa, não
implicando, por si só, obrigação de repasses financeiros.
Eventuais apoios e cooperações observarão a legislação vigente
e a disponibilidade orçamentária.

Art. 7º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação,
devendo ser amplamente divulgada às redes de proteção e aos
Conselhos Municipais.

Recife, 21 de Outubro de 2025.

Marcela Mariz

Presidente do CEDCA/PE

Bernardeth Gondim

Diretoria Executiva do CEDCA/PE

Diário Oficial



Estado de Pernambuco

Ano CII • Nº 197

Poder Executivo

Recife, 23 de outubro de 2025



PROTOCOLO DE ASSINATURAS

O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma SDOE. Para visualizar o documento original clique no link:

<https://diariooficial.cepe.com.br/diariooficialweb/#/checar-autenticidade?codigo=YJFAI7NK2O-KJSPIXXOIG-P2TH9ZW2VI>.

Código de verificação:

YJFAI7NK2O-KJSPIXXOIG-P2TH9ZW2VI

